

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES ZAPATISTAS NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA POLÍTICA

*Clara Cecília Seguro da Silva**
*Soraia Ansara***
*Alessandro Soares da Silva****

Fecha de recepción: diciembre 2022

Fecha de aceptación: diciembre 2022

Resumo

A presença e o destaque das mulheres no movimento zapatista vêm se modificando, ao longo de sua história. Tal processo tem levado à disputa de cargos de poder, sobretudo com as ações mais recentes do movimento nos anos de 2016 e 2017. Neste artigo, analisamos sob a ótica da Psicologia Política, os discursos proferidos pelas mulheres indígenas deste movimento desde 1994 até 2007 e as entrevistas feitas com quatro mulheres indígenas que tiveram uma atuação no movimento no ano de 2016. Utilizamos a metodologia qualitativa de análise de discurso, tomando a página web do movimento como principal fonte, destacando os temas sobre os quais as mulheres se pronunciam e contam sua participação no movimento.

Palavras-chave: Participação Política; Feminismos; Mulheres; Movimento Zapatista.

Abstract

The presence and prominence of women in the Zapatista movement has been changing, throughout its history. Such process has led to the dispute for positions of power, especially with the most recent actions of the movement in the years 2016 and 2017. In this article, we analyze from the perspective of Political Psychology, the speeches given by the indigenous women of this movement from 1994 to 2007 and the interviews conducted with four indigenous women who had an action in the movement in the year 2016. We use the qualitative methodology of discourse analysis, taking

* Socióloga, Consultora de la ONU para Migraciones; Master en el Programa de Postgrado en Cambio Social y Participación Política de la Universidad de São Paulo, Brasil. Correo electrónico: claraceciliass@hotmail.com

** Filósofa por la Facultad Asociada de Ipiranga, Brasil; master y doctorado en Psicología Social por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo, Brasil. Investigadora del grupo de investigación en Psicología Política, docente en el Programa de Postgrado en Cambio Social y Participación Política de la Universidad de São Paulo, Brasil. Docente de la Carrera de Pedagogía de la Universidad Cruzeiro del Sur, São Paulo, Brasil. Correo electrónico: soraiansara@hotmail.com

*** Filósofo por la Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais, Brasil; Master y Doctorado en Psicología Social por la Pontificia Universidad Católica de São paulo, Brasil. Líder del grupo de investigación en Psicología Política, docente de la carrera de Gestión de Políticas Públicas y en el Programa de Postgrado en Estudios Culturales de la Universidad de São Paulo, Brasil. Correo electrónico: alessoares@usp.br

the webpage of the movement as the main source, highlighting the themes on which the women speak and tell about their participation in the movement.

Keywords: Political Participation; Feminisms; Women; Zapatista Movement.

Introdução



Estudar participação e movimentos sociais é o cerne da Psicologia Política Latinoamericana (Martín-Baró, 2013; Sabucedo, 1996; Autor, 2012, 2015) e está intimamente ligado com um *Quefazer* científico próprio de uma ciência comprometida socialmente. Este é o lugar do qual pautamos nossa leitura sobre a participação de mulheres no movimento Zapatista. Analisamos aqui os comunicados oficiais proferidos por mulheres e aqueles em que se falava das mulheres, apontando sua relação com o feminismo comunitário e as falas de mulheres participantes e ex-participantes do movimento zapatista entrevistadas no segundo semestre de 2017 (Autor, 2017).

Desde o levante zapatista em 1994 até o presente, a participação das mulheres teve destaque nos comunicados zapatistas. A presença de mulheres-capitãs, comandantas¹ e soldadas contou com grande interesse da mídia. Essa participação, a princípio marcadamente militar, foi se modificando no movimento com o tempo na medida em que a ênfase muda do militar para o político. Isso está ligado à forma como as mulheres organizam-se no território autônomo e seus avanços na promoção de saúde, educação e geração de renda para a sustentação de sua autonomia (Autor, 2017).

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) teve sua primeira aparição pública no levante de 1º de janeiro de 1994, em uma ação militar para tomada das prefeituras do Estado de Chiapas no México. Após este ato, o movimento deu início a suas atividades: primeiro de demandas ao governo para que as populações indígenas fossem incluídas na formulação das políticas nacionais e efetivamente chegassem às comunidades; e após um período de nove anos de tentativas de negociação com o governo, assumiram a gestão dos territórios tomados de forma autônoma, mantendo uma posição, anticapitalista e antissistêmica. Depois de ceder aos apelos nacionais e internacionais pelo cessar fogo este grupo militar começou a ter o apoio de várias organizações e movimentos de esquerda,

¹ Adotamos a forma como o próprio movimento se refere às comandantes usando a flexão de gênero em todos os cargos.

movimentos de trabalhadores, feministas e de diversas demandas, além da sociedade não organizada mexicana e internacional, formando o *movimiento zapatista*.

Desde o início, o movimento surpreendeu pela publicação num de seus comunicados, da “Lei Revolucionária das Mulheres” e por ter em seu contingente Majores e Comandantas indígenas, ou seja, mulheres em cargos de poder. Elas passam a proferir sua palavra em comunicados e entrevistas exercendo um papel nas negociações com o governo. Essa forma de participação foi se modificando até as recentes notícias da proposta da representação de uma mulher indígena na disputa pela presidência mexicana (Padierna, 2013; Paredes, 2014).

Oficialmente nos comunicados, as zapatistas não se dizem feministas e existem comunicados que inclusive comentam sobre certo conflito com o movimento. Em razão disso buscamos uma perspectiva feminista mais próxima das comunidades indígenas para entender a relação da participação das mulheres no movimento com sua emancipação.

Usando a metodologia de análise de discurso destacamos os temas que são mais enfatizados e as mudanças nos comunicados publicados ao longo dos anos e como esses demonstram as transformações do papel que as mulheres desempenham dentro do movimento e os temas sobre os quais se manifestam. Tais comunicados estão disponíveis na página oficial do movimento: www.enlacezapatista.ezln.org.mx.

Foram importantes as entrevistas de Martha Moreno (nome real), feminista que trabalhou na organização Chiltak, com suas apreciações sobre a situação das mulheres nas comunidades indígenas nos anos 1990 e aquelas realizadas com mulheres que participam do movimento ou criaram outras formas de se relacionarem com este.

Procuramos mostrar aqui que se construiu uma imagem externa do movimento que enfatizava a imagem das insurgentes, capitãs e soldadas. No entanto, ao longo de sua história, essas mulheres passaram a pronunciar-se nos espaços políticos da nação, ressaltando-se a mudança do movimento para uma estratégia de resolução política do conflito e, posteriormente, focalizando o aumento da participação das mulheres e sua diversificação no próprio território autônomo, como expõem os pronunciamentos dos encontros das comunidades zapatistas. Este processo foi vivenciado pelas mulheres entrevistadas que, ao evocar suas memórias, nos apresentam características dos processos emancipatórios (Autor, 2004, 2008; Autor e Dantas, 2015).

Movimentos Sociais e Participação Política

Entendemos a participação política como um “fenômeno essencialmente multidimensional”, (Verba, Scholozman e Brady, 1995), focando principalmente a mobilização política, a partir de autores como Gohn (2014); Melucci (1989); Sandoval e Autor, 2016; Autor (2001, 2009, 2012) e Tarow (1997). A ênfase à mobilização se justifica

pelo zapatismo constituir-se como um movimento com uma mensagem global contra os processos hegemônicos de globalização que utiliza novas formas de ação coletiva como as redes comunicacionais da Internet para divulgar suas palavras de ordem. Tal estratégia levou o movimento a romper com as fronteiras nacionais projetando-o mundialmente. O conceito de mobilização política contribuiu para a formação de uma nova perspectiva da participação política, que abarca novos repertórios como os protestos, greves, boicotes, desobediência política (Baptista, 2010, Costa e Autor, 2012).

Para Tarrow (1997), o fator de maior influência para a participação nos movimentos sociais é o aparecimento de oportunidades políticas. Essas podem ser geradas de diversas maneiras por outros grupos de interesse, ou questões sistêmicas internas ou internacionais como guerras, mudanças governamentais, crises financeiras, acordos internacionais, eventos mundiais, mas sempre externas ao movimento. Para Tarrow redes de mobilização são formadas por famílias, grupos religiosos, comunidades, organizações, federações, apoiadores de causas profissionais, acadêmicos.

As redes de mobilização e incentivam a participação a partir das relações que as massas fazem com símbolos familiares. Essas redes ficam em movimento latente para o momento em que surge a oportunidade política de ação.

As oportunidades políticas podem inclusive beneficiar a mobilização, gerando mais participação que em outro particular. O repertório criado pelos movimentos é transmitido pela cultura e se torna um fator mobilizador, de forma que as pessoas participam de ações coletivas que historicamente entendam que tenham algum impacto (Fernandes, 1993). São as redes de mobilização as responsáveis por manter as ações vivas, quando o movimento está em período de latência, para que o ato se concretize num movimento social.

Tarrow (1997) faz uma análise da mobilização dos movimentos mais estrutural destacando as redes de apoio que movimentam meios de comunicação como jornais e a televisão e mais recentemente a internet. Essa mobilização em rede fomenta a consciência política e a comunicação comunitária é uma chave no processo (Costa, Deliberador e Autor, 2014), sendo igrejas, comunidades e famílias o lócus de ação comunicacional privilegiada na dinâmica cotidiana. Autor (2001, p. 76) recorda que “quanto mais desenvolvida estiver a consciência de si no sujeito, mais condições o sujeito tem para elaborar sua consciência política de maneira que se torne mais complexa (Sandoval e Autor, 2016; Autor e Euzébios Filho, 2021). Portanto, podemos pensar em graus, configurações de consciência que se formam de modo dialético”. Portanto, como asseverou Marx, há uma relação recíproca entre sociedade e indivíduo, pois “assim como a sociedade produz ela mesma ao homem enquanto homem, [ela] é produzida por ele” (Marx, 1978: 380).

Atores que participam nos movimentos sociais não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema; “Eles tentam mudar as vidas das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade”. (Melucci, 1989, p. 59). O autor destaca que o movimento de mulheres ilustra bem seus pressupostos:

A luta contra a discriminação, por uma distribuição mais igualitária no mercado econômico e político é ainda uma luta pela cidadania. O direito de ser reconhecido como diferente é uma das mais profundas necessidades na sociedade pós-industrial ou pós-material. Ser reconhecida como uma mulher é afirmar uma experiência diferente, uma percepção diferente da realidade, enraizada em "outro" corpo, numa maneira específica de se relacionar com a pessoa. O movimento de mulheres, quando fala de diferença, fala para o conjunto da sociedade e não apenas para as mulheres. Para as sociedades que desenvolvem uma pressão crescente pela conformidade, esta reivindicação tem efeitos disruptivos, desafia a lógica do sistema e tem uma orientação antagonista. (1989, p. 63).

Feminismo Comunitário

O *feminismo comunitário* proposto por Julieta Paredes (2013) é de base anticapitalista e se origina na América Latina. Ele se diferencia do *feminismo decolonial*, que, ainda que se apresente como contra hegemônico, tende a valorizar e manter as tradições e história dos povos pré-coloniais. O feminismo comunitário é mais performático ao ser crítico aos costumes e tradições e defender a resignificação de muitos deles sem deixar de valorizar a história das mulheres ancestrais.

Para Paredes (2013), o feminismo comunitário cria um rompimento epistemológico com feminismo ocidental vinculado ao individualismo herdado da revolução francesa. O feminismo comunitário, como o próprio nome diz, é parte da comunidade, é inclusivo e cuida da vida. Mulheres e homens são pensados em relação à comunidade. Paredes propõe categorias para qualificar a mudança da condição da mulher: corpo, espaço, tempo, movimento e memória. Estas categorias representariam estratégias de luta para a emancipação das mulheres indígenas latino-americanas. As categorias propostas reforçam a emancipação da mulher tanto no âmbito individual como no coletivo e a entende como metade de tudo: da comunidade e na natureza.

O feminismo é um agente diverso de produção teórica, de acordo com as especificidades vivenciadas em cada território e em cada tempo. Convém falar de feminismo mexicano e feminismo latino-americano ao referir-se às disputas, políticas, teóricas, históricas específicas vivenciadas nesse tempo/espaço (Millán, 2009; Safiotti, 2013).

A complexidade latino-americana trouxe outros fatores a serem analisados pelas feministas, próprios das relações étnicas, geracionais, nacionais (referentes aos povos

originários) e culturais locais. Em contextos como os do México e Brasil, é válido o questionamento da relação entre hegemonia e colonialidade, para entendermos o feminismo como força política confrontadora e seus impactos na vida comunitária (Millán, 2009). O feminismo comunitário a partir de seu lugar e tempo facilita a construção de um debate no qual o elemento multicultural se constitui estratégico e não ignora diferentes identidades desde seu lugar de enunciação. Essa forma de compreender o feminismo permite ler mais lucidamente a fase em que as mulheres foram protagonistas no movimento zapatista, mesmo quando ele se deu mais pelo incentivo da estrutura do movimento do que pela consciência e autonomia das mulheres.

Ley Revolucionaria de Mujeres

A assinatura do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), que discontentava os movimentos indígenas, foi um marco estratégico para o levante e o reconhecimento do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) e das demandas zapatistas pelo mundo, decisivo para a formação posterior do movimento zapatista. Um ano antes, a participação das mulheres se destacava pela publicação da “*Ley Revolucionaria de Mujeres*”. A ideia de igualdade e a equidade orienta a lei, já no preâmbulo, ao reconhecer o lugar delas e as demandas dos movimentos de mulheres:

En su justa lucha por la liberación de nuestro pueblo, el EZLN incorpora a las mujeres en la lucha revolucionaria sin importar su raza, credo, color o filiación política, con el único requisito de hacer suyas las demandas del pueblo explotado y su compromiso a cumplir y hacer cumplir las leyes y reglamentos de la revolución. Además, tomando en cuenta la situación de la mujer trabajadora en México, se incorporan sus justas demandas de igualdad y justicia en la siguiente LEY REVOLUCIONARIA DE MUJERES. (*Ley Revolucionaria de Mujeres*, 1993).

A maior parte da informação direta do movimento, naquele momento, provinha das entrevistas com as insurgentes, da imagem forte da Comandanta Ramona, dos comunicados das representantes do CCRI-CG (Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comandancia General) nas ações do movimento ou de alguma história do subcomandante insurgente Marcos.

De acordo com as categorias colocadas por Paredes (2013), a lei trabalha nos artigos terceiro, quinto, sétimo, oitavo, os direitos da mulher sobre seu corpo, a nutrição, a sexualidade, integridade física e a quantidade de filhos, decisões que lhe dizem respeito

individualmente e coletivamente no que se refere ao bem-estar comunitário. A lei também expressa os lugares que as mulheres devem ocupar, entretanto, sob o ponto de vista do feminismo comunitário, é ainda uma lei incompleta por não dar conta de todos os parâmetros necessários para a emancipação da mulher. Os artigos primeiro, quarto e nono da *Ley* se assemelham às reivindicações que faziam os grupos feministas mexicanos nos anos 1970, criticando o autoritarismo, as relações hierárquicas da esquerda tradicional e a subordinação das mulheres e suas demandas nos programas políticos das organizações.

Os feminismos da época não puderam deixar de reconhecer os avanços que representavam a *Ley Revolucionaria de Mujeres*, a presença de comandantas e as palavras das insurgentes. Travou-se uma batalha crítica sobre os reais avanços zapatistas, os reais papéis das mulheres na formulação de leis e a legitimidade, do ponto de vista feminista, de uma guerra para promover os direitos das mulheres. Dado que o destaque das mulheres no movimento surgiu num momento no qual o Estado direcionava para este público suas políticas governamentais, podia-se duvidar se o que acontecia era uma disputa, um aproveitamento da oportunidade política.

Segundo Millán (2009), o que se gerou foi a consciência do feminismo hegemônico que se estabelecia nas discussões até então e a incapacidade do feminismo mexicano de fazer pontes com setores de religiosas e mulheres indígenas que estavam fazendo um importante trabalho e conseguiam manter um diálogo mais efetivo nas regiões que operavam com a Teologia da Libertação. O feminismo hegemônico e urbano, por outro lado, se tornava cada vez mais individualista e incapaz de atender à ideia de comunidade.

As feministas que trabalharam em campo conseguiram trabalhar com essas pontes como conta Martha Moreno:

empezamos a trabajar también en la selva en Benemérito de las Américas porque con el levantamiento a las hermanas de CODIMUJ, las monjas, las corrieron porque eran extranjeras, la hermana Maricarmen que es española, Amigdália que era de Puerto Rico las sacaron los... los militares y toda la gente de esa parte, se quedó sola. Entonces nos pidió Maricarmen a las de Chiltak que, si podíamos trabajar con las mujeres de la selva de este lado, no sólo de las, de las cañadas zapatistas sino de las mujeres de CODIMUJ. Y bueno, si fuimos, fue un trabajo bien bonito porque muchas cosas que hacíamos con las zapatistas, lo replicábamos de este lado.

O trabalho dessas organizações foi importante para aproximar o que pensavam das mulheres zapatistas e das mulheres em outras comunidades e trazer elementos para suas

reflexões dentro do movimento numa época em que era efetiva a existência de espaços de discussão só de mulheres pela efervescência causada no levante. Ainda que o papel do movimento zapatista em torno do EZLN seja significativo no enfrentamento ao neoliberalismo, tendo por base a mobilização da família, ele não consegue ultrapassar as declarações de princípios.

O relato de Martha Moreno descreve como era seu trabalho com as comunidades:

hacíamos análisis políticos de cómo estaba la situación, cómo estaba el país, como estaba la comunidad, cómo estaba su organización, como estaban las mujeres dentro de la organización y pues, obvio salían comentarios, salían problemas, ¿no? Que iban teniendo, pero también veíamos que había un cambio, o sea, mujeres participando bueno a la vía armada, mujeres siendo base con cargos, cargos militares y civiles bien importantes, se formó la comisión de mujeres, se organizaban las mujeres de los diferentes Caracoles y tenía sus encuentros. Súper bien, súper bonito y donde tenía, donde a veces había problemas porque los hombres tenían resistencia ¿no?

Nesta fase do movimento, as mulheres, tinham mais acesso à preparação política feita pela FLN (Frente de Libertação Nacional) – no período de clandestinidade do movimento – referente às comandantas e insurgentas e, posteriormente, feita por outras organizações sob demanda das comunidades que iniciaram seu processo de autonomia. Logo, as próprias feministas das organizações próximas aprenderam a usar a *Ley* para dar continuidade a seu trabalho, como recorda Moreno:

Y se decían que no, que ya no iban a dejar que diéramos cursos con las mujeres, ni que tuviéramos les cambiado las ideas, pues las mismas compañeras zapatistas sacaban la Ley Revolucionaria y decían “pues mira, aquí dice que tenemos derecho a participar y vamos a participar, y tenemos voz y tenemos derecho de tener cargo y tenemos eso...” ¿no? Entonces ellas lo usaban y nosotros aprendimos a usar. Entonces en algunos Caracoles donde había más resistencia, decíamos “Haber compas, ustedes mismos hicieron y firmaron esta ley, y las mujeres zapatistas hicieron y firmaron. Hay que darle vida a esta ley” ni modo, tenían que aceptar que trabajarnos con las mujeres.

Desta forma, a lei serviu também para outras mulheres que não só as zapatistas,

primeiro porque exigia um posicionamento dos companheiros homens em apoio às mulheres e segundo para evitar que este posicionamento não se manifestasse publicamente e se perdesse no cotidiano.

O levante – A mulher insurgente

Logo após o levante zapatista, no início das negociações de paz, Diálogos da Catedral de San Cristóbal de Las Casas, a major Ana María e a comandanta Ramona, participaram com integrantes do governo, o bispo Samuel Ruiz e outras organizações e o EZLN. A presença dessas mulheres representa os pilares do movimento: o zapatismo militar e o zapatismo civil. Enquanto o zapatismo militar foi desaparecendo pelas críticas à incursão violenta, e a demanda por um movimento pacífico crescia, começou a destacar a participação política da mulher no meio não militar.

Seus relatos pessoais revelam essa transição no movimento:

“Ingresé cuando tenía 12 o 13 años; era una niña. Y me enseñaron todo, hasta la conciencia política que ahora tengo. (...) Cuando entré, éramos dos compañeras, sólo dos mujeres. En ese entonces éramos 8, 6, 9 en la sierra. Los compañeros nos enseñaron a caminar en la montaña, cargar las armas, cazar. Nos enseñaron ejercicios militares de combate y cuando aprendimos esos trabajos, nos enseñaron política.” (Mayor Ana María)

Respecto a la conciencia política de los integrantes del EZLN, Ana María comenta que cuando ingresaron al ejército zapatista eran niños de 12 o 14 años, “y nos considerábamos como de 18”. La familia, los compañeros y la comunidad misma influyeron en esta formación. “La conciencia se agarra desde niño, desde chico aprendimos la conciencia de lucha”.

Declara sin profundizar en cómo y con cuánta gente participó el primero de enero en la toma de San Cristóbal. “Ahí estuve yo. Yo llevé a la gente. Sobre el número de gente no le puedo decir, pero éramos como mil”.

Ramona, que no deja ver más que el brillo de sus ojos tras el pasamontañas negro, responde en tzotzil, y la traducción la hace Ana María. “Conozco la situación campesina; la injusticia y la pobreza en que vive la mujer indígena en nuestro país. Por eso ingresé a la lucha armada. Las demandas son las mismas de siempre: justicia, tierras, trabajo, educación e igualdad para las mujeres”. (Comandanta Ramona y Mayor Ana María: Las demandas son las mismas de siempre: justicia, tierras, trabajo, educación e igualdad para las mujeres, entrevista con Susana Rodrigues, 7 de mar. de 1994)

O movimento desde o princípio se colocou “a serviço do povo”, e sendo assim, cabia que fossem abertos espaços de diálogo. Os diálogos com o governo transcorriam e se davam passos à construção da autonomia. Segundo Martha Moreno:

después de levantamiento se forma la coordinadora de organizaciones por la paz (COMPAS) ahí estaba Chiltak y muchos compas zapatistas de varias zonas, fueron a COMPAS para pedir que se les dieran cursos, necesitaban seguir formándose. Estaban construyendo la autonomía y no sabían bien como. Decían “bueno a lo mejor juntos con sus ideas y nuestras ideas, pues, podemos, de verdad, ir construyendo autonomía que queremos, o por lo menos ver, si queremos esa que ustedes dicen.

As organizações que já trabalhavam com comunidades indígenas que se tornaram zapatistas eram procuradas para informar sobre as preparações para a autonomia, a saber: como fazer a mediação de conflitos; planejar o sistema de saúde; educação e alimentação para não depender do governo. A partir daí davam seus treinamentos compartilhando o que pudessem. Depois do levante, se forma a área de mulheres na organização onde Martha trabalhava, intensificando a formação política de mulheres que foi iniciada pela FLN com comandantas e soldadas:

¿Y con quién trabajamos? Pues empezamos a trabajar con las esposas de los compas, o con las hermanas, o con las hijas de los compas con los que ya estaban trabajando los de Chiltak, por un lado, y, por otro, como ya estaba organizado el zapatismo, ya había esta que te digo, esta comisión de mujeres y la comisión de mujeres tenía 3 o 4 líderes que coordinaban a las mujeres de todos los Caracoles. (Martha Moreno)

No dia 8 de março de 1994, dia da mulher, haveria o primeiro pronunciamento de três mulheres pelo movimento. A companheira Hortensia, que afirma as capacidades iguais entre homens e mulheres como características do feminismo de esquerda em seu discurso, e a capitã Irma que ressalta o lugar das mulheres como mais exploradas.

Nosotras, como mujeres, podemos hacer trabajo igual que los hombres. Podemos empuñar las armas no sólo para ser amas de casa. Tenemos derecho a participar en la lucha armada como mujeres proletarias. (Hortencia).

Las mujeres somos las más explotadas. La mayoría ni siquiera sabe leer ni escribir, porque nos quieren para humillarnos. Compañeras de todo el país: para que esto no siga así tenemos que usar junto con los compañeros las armas, para hacer que nos entiendan que la mujer también puede luchar y pelear con el arma en mano, Nosotros ya nos cansamos, no queremos vivir como animales, ni que siempre alguien nos diga qué hacer o qué no hacer. Hoy más que nunca debemos luchar juntos para que algún día seamos libres. Esto lo ganaremos tarde o temprano, pero vamos a ganar. (capitã Irma).

A reivindicação da luta lado a lado com homens está presente no feminismo comunitário. Entretanto, o feminismo comunitário entende que são necessários os dois gêneros para formar o coletivo; não avança para uma perspectiva de gênero pós-estruturalista que destaca apenas a dualidade de gêneros (Paredes, 2013). O feminismo comunitário ressalta a necessidade de os homens das comunidades tomarem consciência do machismo e lutarem pela emancipação das mulheres e com elas lutarem pela emancipação do povo.

Nesse comunicado, o discurso militar está marcado, bem como a linguagem para conscientização política de mais mulheres. Mesmo dentro dos movimentos populares em que há grande representação feminina, essa participação é invisibilizada por não serem as mulheres que participam de negociações ou ocupam cargos; as reivindicações tomam nomes que generalizam o movimento. Segundo Gohn (2014a), as mulheres nesses movimentos comumente assumem a luta por seus direitos por pertencerem ao grupo, mas não por serem mulheres. O trecho acima aponta uma luta contra as desigualdades de gênero.

No mesmo 08 de março, a capitã Elisa, a soldada Isadora e a subtenente sanitária Elena foram entrevistadas pela rádio UNAM falando sobre suas motivações para a participação no movimento:

— *¿Por qué decidió usted ingresar al ejército zapatista?*

— *(...) porque de por sí veía la situación que está muy... muy cabrona, pues. Entonces yo hablé con un compañero insurgente. Yo le dije que, si me aceptan allí, y me dijo que sí. Entonces yo me fui a la montaña a prepararme. Mi familia pues también ellos están de acuerdo que yo me ingresara allí” (capitã Elisa)*

A participação militar trazia oportunidades de ganhos não apenas individuais, mas comunitários. Aspectos emocionais da consciência política explicam a adesão aos movimentos, sendo decisivas a solidariedade, a justiça e a vontade de agir coletivamente pela comunidade (Autor, 2001; Autor e Sandoval, 2016). Isso fica claro quando elas dizem na entrevista à Radio UNAM:

Digo pues a las mujeres que sí pueden hacer los trabajos y que sigan adelante también como piensan. Si quieren empuñar las armas o apoyar así al ejército zapatista, como piensan pues, porque no es obligado. Lo que piensan, pues, es lo que tienen que hacer. (Soldada Isadora)

Cuando ya empecé a ver a los compañeros, que empezaron a explicar la política, todo, todo lo que nos llegaban a decir, pensé pues, es bueno para nosotros, y ahí es donde pensé pues, de estar en mi casa seguiría igual como antes, sin saber nada y sin aprender a leer y escribir, estaría igual. Mejor pensé salir de mi casa. (...).

-Y cuando gane el EZLN, ¿usted qué va a hacer?"

Pues, seguiré siendo sanitaria, pero ya en un lugar aquí, en una clínica o en un hospital para atender más a los heridos, a la población pues, a todos los que necesitan." (Subteniente sanitaria Elena)

Martha faz a diferenciação entre a formação das insurgentes e das bases zapatistas nas comissões de mulheres. As insurgentes eram aquelas que apareciam mais e eram mais enfatizadas por quebrar vários papéis atribuídos ao sexo feminino (Safiotti, 1987) dentro da comunidade pelo que se via de fora. Elas sabiam ler e escrever, usavam absorventes e calças. Uma mudança completa da maneira como se vive nas comunidades. As mulheres nas comissões não tiveram acesso a essa vida que rompia radicalmente com as expectativas sociais. Suas rupturas se inspiram nesse ideal de liberdade que as mulheres militares visibilizam. Para a Subtenente Elena, entrar para o EZLN lhe permitiu outra vida marcada pela sororidade:

eran reuniones con muchas mujeres, mujeres muy, muy potentes, porque muchas ya tenían una formación política, otras no tanto. Por ejemplo, las comandantas ya, durante esos diez años habían formado ideológicamente, y las bases, las mujeres bases, más o menos, no tanto.

Segundo Sylvia Marcos (2013), o movimento de mulheres indígenas trilha um caminho

parecido com o feminismo interseccional, mas com ressignificações subversivas sobre categorias que marcam a diferença. Além do gênero, incorporam a raça, classe, etnia e orientação sexual. Contudo, a construção de um feminismo indígena requer uma decolonização da epistemologia feminista, bem como a revisão das agendas dos movimentos sociais para que debatam gênero a partir de seu conhecimento ancestral assimilando mudanças e ressignificações na vida cotidiana. Isso permite entender o relato das militares a partir de sua conexão com a comunidade e dos ganhos comunitários que sua participação produz.

O movimento seguiu nas negociações com o governo e o diálogo com a sociedade civil sempre comprometido com a emancipação da mulher indígena e mexicana. Em julho de 1994, Elena Poniatowska, jornalista do *La jornada*, entrevista o SCI Marcos que descreve as mulheres zapatistas:

Mira, las zapatistas son muy cabronas y se enfrentan al comandante y al subcomandante y al Comité, y cuando ellas dicen algo, se imponen y están armadas (se ríe). ¿Tú te vas a poner a discutir con una comandante que tiene 30 tiros en su cargador? [...] A ver, dile que no a una zapatista. (24 de jul. de 1994)

A imagem das mulheres que aparece nos comunicados do subcomandante exalta uma mulher empoderada por consciência, direitos e armas. O relato de Martha demonstra que a conquista de espaço pelas mulheres dos anos 1990 foi difícil e que a *Ley Revolucionaria*, não era tão utilizada ou conhecida de todas as mulheres. Apesar das próprias feministas se utilizarem da *Ley* quando eram interpeladas sobre seu trabalho por homens, havia muito trabalho para fazer e muita resistência nas comunidades. E isso fica claro no comunicado do Comando Geral de 08 de março de 1996:

Las mujeres zapatistas, las combatientes y las no combatientes, luchan por sus propios derechos como mujeres. Enfrentan también la cultura machista que en los varones zapatistas se manifiesta en muchas formas. Las mujeres zapatistas no son libres por el hecho de ser zapatistas, tienen todavía mucho que luchar y mucho que ganar.” (Comunicado do CCRI-CG, 8 de mar. de 1996).

O comunicado expressa a imperfeição do movimento, mas também se dedica ao reconhecimento do corpo da mulher como parte individual e parte integrante da comunidade e do movimento na linha do feminismo comunitário.

Dois dias depois o subcomandante Marcos faria o comunicado “12 mujeres en el año 12 (segundo de la guerra)”, em que destaca a luta dessas doze mulheres nos dias do conflito.

La comandanta Ramona asombrara con su estatura y su brillo a los medios internacionales de comunicación cuando apareciera en los Diálogos de Catedral llevando en su morral la bandera nacional que la Mayor recuperó el primero de enero. (...) únicas mujeres en la delegación zapatista que se muestra por primera vez al mundo en los Diálogos de Catedral, declaran:

“Nosotras ya estábamos muertas, no contábamos para nada”, y lo dicen como sacando cuentas de humillaciones y olvidos. La Mayor le traduce a Ramona las preguntas de los periodistas. Ramona asiente y entiende, como si las respuestas que le piden hubieran estado siempre ahí, en esa figura pequeña que se ríe del español y del modo de ser de las ciudadinas. Ramona ríe cuando no sabe que se está muriendo. Cuando lo sabe, sigue riendo. Antes no existía para nadie, ahora existe, es mujer, es indígena y es rebelde. Ahora vive Ramona, una mujer de esa raza que tiene que morir para vivir...” (subcomandante Marcos, 1996)

Nas palavras do porta-voz zapatista, a comandanta Ramona se imortaliza como mulher e como personagem. É na imagem da indígena frágil, baixa e que morre aos poucos por conta de uma doença que nasce uma líder que se imortaliza, que representa tantas outras mulheres, que demonstra um caminho para o ser mulher, mulher que luta, que fala ao grande público, que não sabe o espanhol ou escrever, mas nada é impeditivo para sua participação e mobilização de mulheres, nada é impeditivo para a liderança de um movimento, uma liderança coletiva consciente ao lado de outras mulheres e de homens.

As Marchas: a comandanta civil

Com a mudança de governo surge uma nova oportunidade política para colocar em prática a lei negociada que nunca foi de fato aplicada. Em 2001, “La Marcha del Color de la Tierra”, levou os e as zapatistas até o Congresso Nacional onde a comandanta Esther foi a porta-voz:

No está en esta tribuna el jefe militar de un ejército rebelde, está quien representa a la parte civil del EZLN. Nadie. Así que aquí estoy yo, una mujer indígena. Nadie tendrá por qué sentirse agredido, humillado o rebajado porque yo ocupe hoy esta tribuna y hable. Quienes no están

ahora ya saben que se negaron a hablar para yo los escuchara. Mi nombre es Esther, pero eso no importa ahora. Soy zapatista, pero eso tampoco importa en ese momento. Soy indígena y soy mujer, y eso es lo único que importa ahora. (comandanta Esther, 28 de marzo de 2001).

Este período de protestos marca a diminuição da imagem militar do movimento e, com ela, a imagem das mulheres insurgentes também. Neste discurso, a comandanta Esther destaca seu lugar de mulher indígena e o desprezo que essas suas condições fazem recair sobre todas as outras mulheres indígenas. A lei é aprovada com muitas modificações, o que gerou o silêncio zapatista dos anos seguintes, até a inauguração dos Caracóis pela comandanta Esther, quando tanto povos quanto mulheres indígenas foram incentivados a exercer autonomamente o que se havia acordado em San Andrés.

De igual manera les hacemos una invitación a todas las de igual mujeres indígenas mexicanas a que se organicen para que juntas trabajemos la autonomía y practicar nuestro derecho que merecemos como mujer. Ya no tiempo de callar, ni humillar ante los hombres, ni pedirles favor a que nos respeten. Ya es hora de actuar de nosotras mismas y obligar a los hombres a que nos respeten nuestros derechos. Porque si no lo hacemos, nadie lo hará por nosotras. Lo que nos queda ahora es actuar y practicar entre hombres y mujeres para construir y avanzar nuestra autonomía. (Oventic, 9 de ago. de 2003).

Em diversas oportunidades as mulheres zapatistas não se colocam separadas de outras lutas de mulheres, mas destacam suas particularidades e diferenças, como mulheres pobres, indígenas em um contexto de guerra. Chama a atenção nas mulheres zapatistas a capacidade de manter um posicionamento coeso em seus discursos reivindicatórios e junto ao movimento, sobrepondo suas necessidades junto às de todos os zapatistas e indígenas de forma não concorrente. Defendem mudanças tanto no contexto dos *pueblos* quanto em relação à sua posição na sociedade mexicana. Entender o processo formativo da mulher zapatista envolve conhecer suas memórias (Autor, 2004, 2008, Autor e Dantas, 2015), sobretudo quando esses discursos não são mais frequentes.

Em 21 de Agosto de 2004 o subcomandante emite um comunicado avaliando os avanços zapatistas. Percebe-se que a participação das mulheres ainda precisa ser trabalhada:

La participación de las mujeres en las labores de dirección organizativa sigue siendo poca, y en los consejos autónomos y JBG es

prácticamente inexistente. Aunque esto no es aporte del EZLN a las comunidades, es también nuestra responsabilidad.

Si en los Comités Clandestinos Revolucionarios Indígenas de zona el porcentaje de participación femenina está entre 33 por ciento y 40 por ciento, en los consejos autónomos y Juntas de Buen Gobierno anda en menos de uno por ciento en promedio. Las mujeres siguen sin ser tomadas en cuenta para los nombramientos de comisariados ejidales y agentes municipales. El trabajo de gobierno es aún prerrogativa de los varones. Y no es que estemos en favor del “empoderamiento” de las mujeres, tan de moda allá arriba, sino que no hay todavía espacios para que la participación femenina en la base social zapatista se vea reflejada en los cargos de gobierno.

Y no sólo. A pesar de que las mujeres zapatistas han tenido y tienen un papel fundamental en la resistencia, el respeto a sus derechos sigue siendo, en algunos de los casos, una mera declaración en papel. La violencia intrafamiliar ha disminuido, es cierto, pero más por las limitaciones del consumo de alcohol que por nueva cultura familiar y de género. También a las mujeres se les sigue limitando su participación en actividades que impliquen salir del poblado

Aunque se ve que va para largo, esperamos algún día poder decir, con satisfacción, que hemos conseguido trastocar cuando menos este aspecto del mundo.

Sólo por eso valdría la pena todo. (subcomandante Marcos).

Esse posicionamento se repete na voz das mulheres, principalmente depois da morte da comandanta Ramona. Busca-se romper com a ideia genérica de *uma mulher zapatista* e se aposta na coletividade das *mulheres zapatistas* representando as diferentes etnias e os diferentes cargos que devem ocupar mulheres emancipadas. Durante as entrevistas que fizemos, perguntamos sobre a importância e representação da Comandanta Ramona e o porquê de seu destaque na imagem do movimento.

Para Franca, o destaque da comandante Ramona se deve ao seu aprendizado e ao fato de ter sido uma liderança pública que formou outras mulheres que dão continuidade à luta:

Pero yo creo que es sus aprendizajes, la Comandanta Ramona que es la que ha comandado ese “Levántense mujeres, hablemos, busquemos el espacio, el lugar para que pudiéramos reunirnos”, desde

ahí. Si pues porque fue la primera, uno de rebelarse ante los hombres, pero ante el público también ¿no? Porque te das cuenta que, pues, lo que se luchaba era el derecho como pueblos indígenas, pero también como mujeres que estamos excluidas. Era también la palabra de ella cuando se iba a la gira que estuvo haciendo, desde el último día de su gravedad de la enfermedad que tenía decía, “pues hay que luchar mujeres, somos mujeres, pero también somos humanos, comemos y todo” por eso se habla mucho, porque es que como un ejemplo para nosotros es ella. Pues no, para, bueno para, después de la época de la comandanta Ramona ahí sigue trabajando otras compañeras, siguen trabajando...

Celina fazia parte da mesma comunidade de Ramona e destaca em seu relato que a importância da comandanta reside no fato de ter sido a primeira a animar as mulheres e que, como mulher *Tzotzil*, podia falar com as outras em sua língua e visitar cada comunidade. Entretanto, sua narrativa se mistura com o discurso público do movimento.

porque ahí se ha hecho un buen trabajo cuando vivía la comandanta Ramona, porque (...) fue ella que visitó muchas comunidades, bueno casi todas las comunidades aquí en la región de los altos, ella fue que visitó mucho que se reunía con las mujeres, que daba formación política que le explicaba que la situación de las mujeres ha sido muy difícil, que... ha sido una situación muy discriminada humillada, callada, tanto por parte de la pareja o por parte del Estado y todo. No fueron tomadas en cuenta y no son respetadas sus derechos y eso me recuerdo todavía, tenía mis 13 años, entonces y hizo un buen trabajo la Comandanta Ramona. Es ahí donde empezó, pues es ahí donde impulsó pues la participación de la mujer en el movimiento zapatista y por eso hubo mujeres que también tomaron las armas, llegaron el primero de enero aquí en San Cristóbal a tomar la ciudad. Entonce, y creo que hasta la fecha hay mujeres que son promotoras de salud y son mesas directivas de sus cooperativas. Creo, que ha sido un trabajo excelente también ahí y también donde, no nada más dentro del EZ, impulsó la participación de las mujeres en todos lados.

A construção do discurso de gênero foi alimentada também no encontro “Mulheres zapatistas com as mulheres do mundo”, em 2007. Foi o único encontro exclusivo de mulheres em que se vivenciou um mundo no qual os homens podiam ajudar em serviços de apoio; não eram o foco das questões apresentadas, nem falavam ou eram os primeiros

a ouvir. Foi em eventos como esse que se impulsiona a visão feminista de como o mundo poderia ser dentro do cotidiano das comunidades.

No livro *El Pensamiento Crítico Frente à Hidra Capitalista* (2015) e as comandantas Miriam, Rosalinda e Dalia comentam sobre como as mulheres antes não tinham direito, depois não sabiam de seu direito e, hoje, mesmo em território autônomo, enfrentam os homens, os quais não são os únicos que dificultam sua participação. Destacam que, além das dificuldades em combinar sua participação com o papel no cuidado da casa e criação dos filhos, não se acham capazes de participar ou não falarem a língua, não sabem escrever ou a dificuldade de se deslocarem para longe.

No tuvimos el derecho en la reunión de participar, que nos dicen que somos una tonta, inútil, que no servimos para nada. Nos dejan en la casa. No tuvimos la libertad. (comandanta Miriam, 2015, p. 115).

hasta llegar en 94 (...) Ahí vimos que sí es verdad que sí tenemos el valor y la fuerza igual que los hombres, porque pudieron enfrentar con el enemigo, no le tuvieron miedo a nadie. (comandanta Rosalinda, 2015, p. 117).

Aunque fueron cabrones los compañeros hombres antes, pero si le supimos de darle a entender a los compañeros, aunque hay algunos cuantos todavía que se ponen cabroncitos pero ya no son todos. (comandanta Dalia, 2015, p. 120).

A luta é constante para superar as contradições e libertar a homens e mulheres do peso do patriarcado na vida humana (Saffiotti, 1987).

Finalizando...

Historicamente a participação feminina no início do movimento foi mais frequente em cargos como comandantes, majores, soldadas e responsáveis de saúde. Em 2003, criam-se as *Juntas de Bom Governo* em oposição ao *mau gobierno* e têm por função estabelecer um processo de regionalização, com a finalidade de fortalecer a união e a coordenação entre as diferentes comunidades, municípios autônomos e regiões. Após esse momento, se identifica a continuidade da participação feminina nos altos cargos do Comitê Clandestino Revolucionário – Comandância Geral, porém, com uma ausência de representantes em cargos nas comunidades. O processo para que as mulheres fossem

assumindo cargos desde as instâncias mais baixas do governo autônomo até os cargos de conselheiras municipais e em suas comunidades foi mais longo.

Os comunicados deixam claro que a imagem das mulheres se modifica com o passar dos anos, haja vista que mulheres como as comandantas Ramona e Esther têm um discurso politizado do seu cotidiano. A preocupação delas é com a mobilização e organização de mais mulheres dentro e fora das comunidades indígenas, pois defendem que a luta é propulsora de mudanças no cotidiano. Fica evidente este potencial mobilizador como marca da sua participação, ou seja, a mulher não aparece somente para se pronunciar sobre sua situação, mas para mobilizar outras mulheres e no caso das comandantas para mobilizar toda a sociedade civil.

Quando o movimento acolhe as marchas, as mulheres se pronunciam compartilhando o que era possível realizar no território zapatista e denunciando as injustiças vividas. A preocupação expressa pelo Subcomandante nos comunicados é tornar público que não se avança sem a participação das mulheres. Após 2006, o discurso das mulheres nos eventos fala de suas experiências e do que seu povo passou e passa. Fazem o papel da prestação de contas sobre os avanços na participação das mulheres.

A mulher zapatista, mostrada pelas comandantas nos comunicados, é uma mulher indígena de origem humilde, que viu no caminho militar uma alternativa de vida, a possibilidade de estudar, aprender a ler e escrever, a possibilidade de escolher com quem casar-se, poder mudar algo na vida de suas comunidades e concretizar a *Ley Revolucionaria de las Mujeres*. Essa mulher é prática, não heroica, não decide ser heroica, apenas segue um desejo de ter outra história, melhorar a própria vida ou a de sua comunidade.

O debate entre os feminismos e o movimento zapatista produziu mudanças em ambos, questionando certezas do feminismo e seu papel no trabalho com as mulheres zapatistas, visto que essas mulheres não queriam que mulheres de outras geografias viessem lhes dizer o que fazer, mas fazer novos costumes a partir daqueles que já existiam. Mesmo em um movimento revolucionário há revoluções que precisam acontecer e, entre elas, está a superação, via consciência política, dos males do patriarcado que impinge sofrimentos a homens e mulheres e limita a emancipação feminina.

Esse processo psicopolítico de emancipação e autonomização das mulheres segue sendo relevante e estratégico na luta e na tomada de consciência de novas gerações de mulheres que se preparam para exercer liderança em um mundo que alguns ainda entendem ser o mudo dos homens. A presença de mulheres que simbolizam essa luta cotidiana inspira e permite mobilizar homens e mulheres que cada dia mais se identificam com a luta zapatista e o feminismo comunitário.

Referências Bibliográficas

- ANSARA, S. (2004), A memória como ação social: relações, significados e imaginário. *Psicologia Argumento*, 22(37), 65-67.
- ANSARA, S. (2008), Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Psicologia Política*, 8(15), 31-56. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&nrm=iso [consultado em 03-05-2021]
- ANSARA, S., DANTAS, B. (2015), Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. *Athenea Digital*, 15(1), 207-223. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1356> [consultado em 03-05-2021]
- BAPTISTA, A. (2010), Democracia e representação democrática, *Análise Social*, vol. XLV (196), 2010, 491-514 Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1283950347H8xVE1wi0lx63UD8.pdf> [Consultado em 15 de maio de 2021]
- COSTA, G. B., DELIBERADOR, L. M. Y., SILVA, A. S.. (2014)., Contribuições da Noção de Consciência Política para a Pesquisa e a Prática da Comunicação Comunitária. *Revista Alterjor*, 10(2), 26-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88321> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (1993, Dezembro), *Ley Revolucionária de Las mujeres in: El Despertador Mexicano, Órgano Informativo del EZLN*. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-revolucionaria-de-mujeres/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (1994, 08 de Março), *Capitana Irma: Las mujeres somos las más explotadas*. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1994/03/08/capitana-irma-las-mujeres-somos-las-mas-explotadas/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (1994, 08 de Março), *Compañera Hortensia: Nosotras, como mujeres, podemos hacer trabajo igual que los hombres. Podemos empuñar las armas*. Disponível em: <https://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1994/03/08/companera-hortensia-nosotras-como-mujeres-podemos-hacer-trabajo-igual-que-los-hombres-podemos-empunar-las-armas/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (1994, 24 de julho), *Subcomandante Marcos, entrevista con Elena Poniatowska: Las decisiones grandes, las estratégicas, las más definitivas, vienen de abajo*. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1994/07/24/subcomandante-marcos-entrevista-con-elena-poniatowska-las-decisiones-grandes-las-estrategicas-las-mas-definitivas-vienen-de-abajo/> [consultado em 03-05-2021]

- EZLN. (1995, 25 de Fevereiro), *Comandanta Ramona: Otra vez le pedimos al pueblo de México que no nos olvide*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/02/25/comandanta-ramona-otra-vez-le-pedimos-al-pueblo-de-mexico-que-no-nos-olvide/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (1995, 13 de Maio), *Comandanta Trinidad: Queremos la paz digna y justa*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/05/13/comandanta-trinidad-queremos-la-paz-digna-y-justa/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (1996, 08 de Março), *Celebración del día de la mujer que lucha, de la mujer digna*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/03/08/celebracion-del-dia-de-la-mujer-que-lucha-de-la-mujer-digna/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (1996, 11 de Março), *12 mujeres en el Año 12 (segundo de la guerra)*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/03/11/12-mujeres-en-el-ano-12-segundo-de-la-guerra/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (1996, 12 de Outubro), *Comandanta Ramona: Soy el primero de muchos pasos de los zapatistas al Distrito Federal y a todos los lugares de México*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/10/12/comandanta-ramona-soy-el-primero-de-muchos-pasos-de-los-zapatistas-al-distrito-federal-y-a-todos-los-lugares-de-mexico/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (2001, 28 de março), *Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/28/discurso-de-la-comandanta-esther-en-la-tribuna-del-congreso-de-la-union/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (2003, 01 de Janeiro), *Comandanta Esther: palabras al señor Vicente Fox y el señor Luis H. Alvarez*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/01/01/comandanta-esther-palabras-al-senor-vicente-fox-y-el-senor-luis-h-alvarez/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (2004, 21 de Agosto.), *Leer un video Segunda parte: Dos fallas*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/21/leer-un-video-segunda-parte-dos-fallas/> [consultado em 03-05-2021]
- EZLN. (2006, 06 de Janeiro), *Palabras del Subcomandante Insurgente Marcos al anunciar el fallecimiento de la Comandanta Ramona*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2006/01/08/palabras-del-subcomandante-insurgente-marcos-al-anunciar-el-fallecimiento-de-la-comandanta-ramona-06ene06/> [consultado em 03-05-2021]
- GOHN, M. (2014), *Teorias dos Movimentos Sociais*. Loyola.
- MARCOS, S. (2007), Participación en Coloquio Aubry (13 a 19 de dez.). Parte II. Escuchar el Amarillo. In: Archivo Histórico. Enlace Zapatista. Disponível em:

- <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2007/12/14/conferencia-del-dia-13-de-diciembre-a-las-700-pm/> [consultado em 03-05-2021]
- MARCOS, S. (2013), *Mujeres, indígenas, rebeldes, zapatistas*. Ed. Eón.
- MARTIN-BARÓ, I. (2013), Psicología política Latino-Americana. *Revista Psicología Política*, 13(28), 559-573. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300010 [consultado em 03-05-2021]
- MARX, K. (1978), *Contribuições para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa.
- MELUCCI, A. (1989), Um objetivo para os movimentos sociais ?. *Lua Nova*, (17), 49-66. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004> [consultado em 03-05-2021]
- MILLAN, M. (2009), Revistas y políticas de traducción del feminismo mexicano contemporáneo. *Estudios Feministas.*, 17(3), 819-846. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300011> [consultado em 03-05-2021]
- UNAM, Radio. (1994, 8 de março), *La situación de las mujeres*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/08/la-situacion-de-las-mujeres/> [consultado em 03-05-2021]
- PADIERNA JIMÉNEZ, M. P. (2013). Mujeres Zapatistas: la inclusión de las demandas degénero. *Argumentos* (México, D.F.), 26(73), 133-142. Recuperado en 03 de enero de 2023, de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952013000300008&lng=es&tlng=es.
- PAREDES, D. (2014). Paredes Herrera Patriarcado y Feminismo. Relaciones de Poder y Perspectiva de Género. Desestructurando los mandatos de género de lamasculinidad. Hombres en tránsito o proceso de cambio hacia la generación demasculinidades alternativas no violentas. *Temas de Mujeres*, 10(10), En: <http://ojs.filo.unt.edu.ar/index.php/temasdemujeres/article/view/88> [consultadoem 03-05-2021] (PDF)
- PAREDES, J. (2013), *Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario*. Cooperativa El Rebozo.
- ROVIRA, G. (2001, 19 de Fevereiro), Comandantas Susana y Yolanda., *entrevista*. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/02/19/comandantas-susana-y-yolanda-entrevista/> [consultado em 03-05-2021]
- SABUCEDO, J. M. (1996), *Psicología Política*. Madri: Syntesis.
- SAFFIOTI, H. (1987), *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna.
- SAFFIOTI, H. (2013), *Mulheres na Sociedade de Classe: mito ou realidade*. São Paulo: Expressão Popular.

- SANDOVAL, S., SILVA, A.S. (2016), O Modelo de Análise da Consciência Política como Contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In D.U. Hur, F. Lacerda Júnior (Org.), *Psicologia, Política e Movimentos Sociais*. Vozes, pp. 25-57.
- SILVA, A.S. (2001), Consciência e Participação Política: uma abordagem psicopolítica. *Interações*, 6(12), 69-90. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/354/35461204.pdf> [consultado em 03-05-2021]
- SILVA, A.S. (2009), Contribuições dos Movimentos Sociais para a Desprivatização da Ética na Perspectiva da Psicologia Política. In F. M. Sarti, G. A. Santos (Org.), *Ética, Pesquisa e Políticas Públicas*. Rubio, pp. 37-58.
- SILVA, A.S. (2012), *Psicologia Política, movimentos sociais e políticas Públicas*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo.
- SILVA, A.S., ANSARA, S. (2014). Escola e comunidade: o difícil jogo da participação. Em Fraudelin Vidigal de Paula; Denise D'Aurea-Tardeli. (Org.). *Formadores da criança e do jovem. Interfaces da comunidade escolar*. (pp. 97-137). São Paulo: Cengage Learning.
- SILVA, A. (2015), A psicologia política ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. In A. Silva, F. Corrêa (Orgs), *No interstício das Disciplinaridades: A psicologia política*. Prismas, pp. 13-38.
- SILVA, A., EUZÉBIOS FILHO, A. (2021), Marxism, Consciência e Comportamento Político. *Linhas Críticas*, 27, 1-19. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36500> [consultado em 15-05-2021]
- SILVA, C. (2017), Memória das mulheres zapatistas: participação, mobilização e a construção do ser mulher no movimento zapatista. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-02022018-120130/pt-br.php> [consultado em 03-05-2021]
- TARROW, S. (1997), *El poder en movimiento*. Madri: Alianza.
- VERBA, S., SCHLOZMAN, K., BRADY, H. (1995). *Voice and equality. Civic voluntarism in American politics*. Cambridge Mass.